



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
ASSESSORIA JURÍDICA

1

PARECER JURÍDICO nº 012/2025-AJ/CMP

PROCESSO Nº 07/2025-CL/CMP

INTERESSADO: Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Parintins.

ASSUNTO: Registro de preço para eventual contratação de empresas especializadas em manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia e lavagem de veículos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Parintins.



EMENTA: 1. EXAME PREVIO DE LEGALIDADE DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. 2. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE, ARTIGO 53, §1º, INCISO I E II DA LEI Nº 14.133/2021. 3. REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. 4. RECOMENDAÇÃO. 5. POSSIBILIDADE.

I. **RELATÓRIO:**

Trata-se de parecer jurídico referente ao processo administrativo licitatório destinado à contratação de empresas especializadas em manutenção preventiva e corretiva, bem como serviços de borracharia e lavagem de veículos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins. O certame adota a modalidade pregão eletrônico (art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021), com critério de julgamento pelo menor preço por lote (art. 33, I, da mesma Lei), e a utilização do sistema de registro de preços (art. 78, IV, da NLLC).

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- Termo de abertura de processo administrativo licitatório, datado em 11/03/2025;
- Portaria nº 069/SRH-CMP, de 09/01/2025, que designa o pregoeiro, Suiane Santarém Loureiro, equipe de apoio e suplentes, e Aviso de Retificação nº 005/SRH/CMP-2025, incluída a respectiva publicação;
- Aviso de retificação nº 005/SRH/CMP-2025, que designa para compor a equipe de apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro Titular da Câmara Municipal de Parintins os Servidores públicos, ocupantes do cargo efetivo: a) Valdelino Ferreira de Souza; b) Arinaldo Pereira Martins Júnior; c) Adailson Campos Pereira e



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
ASSESSORIA JURÍDICA

2

- designar como suplente da equipe de apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro Titular da Câmara Municipal de Parintins/AM o servidor público, ocupante do cargo efetivo a) Luiz Paulo Castro Andrade (operador de áudio)
- d) Portaria nº 034/SRH-CMP, de 02/01/2025, que designa a servidora Paula Karina Soares Gomes, para o cargo comissionado de Assessor Técnico, com vencimento e atribuições inerentes ao cargo, incluída a respectiva publicação;
 - e) Portaria nº 107/SRH-CMP, de 02/08/2024, que designa a servidora Inara Machado Oliveira, para o cargo comissionado de Assessor Técnico, com desempenho das atividades associado a processos licitatórios, incluída a respectiva publicação;
 - f) Documento requisitório, Memorando nº 010/2025-SEAD/CMP, datado em 11/03/2025;
 - g) Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins, autorizando a abertura de processo administrativo licitatório e demais trâmites, em 11/03/2025;
 - h) Catálogo de padronizações impresso do portal da transparência;
 - i) Documento de formalização da demanda - DFD, assinado pela Diretora do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado, datado em 12/03/2025;
 - j) Estudo Técnico Preliminar e anexos, datado em 21/01/2025;
 - k) Consulta ao Pannel de Preços, com o registro de dia e hora da expedição de cada relatório no rodapé das páginas;
 - l) Planilha de cotação de preços com base no Pannel de Preços, datado em 21/01/2025;
 - m) Análise de risco, datado em 24/01/2025;
 - n) Termo de referência, datado em 13/03/2025;
 - o) Recurso Orçamentário – Memorando nº 010/2025/SF-CMP, datado em 13/03/2025;
 - p) Encaminhado para análise Jurídica – Memorando nº 027/2025-CL/CMP, datado em 17/03/2025;
 - q) Minuta do Pregão Eletrônico, com os anexos: Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta ata de registro de preços e minuta termo de contrato.
- É o relatório. Prossegue-se com a análise jurídica que o caso requer.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

O presente processo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise de sua legalidade, em conformidade com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:



I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; (grifo nosso)

Primeiramente, destaca-se que as observações formuladas neste parecer possuem caráter opinativo, não vinculativo, cabendo à autoridade assessorada, no exercício de sua discricionariedade legal, decidir sobre seu acolhimento. O objetivo do parecer é orientar e sugerir providências administrativas, visando à segurança jurídica dos atos da Administração Pública.

Assim, a análise aqui apresentada fundamenta-se exclusivamente nas informações e na documentação fornecida pelos órgãos competentes, não competindo a esta Assessoria conduzir investigações sobre o mérito, a conveniência ou a oportunidade das decisões administrativas relacionadas ao processo licitatório. Assim, a manifestação expressa uma avaliação técnico-jurídica limitada aos aspectos de legalidade, conforme o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, não abrangendo escolhas gerenciais ou os critérios que embasaram a decisão discricionária do administrador.

III. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

II. 1) Designação de agentes públicos e princípio da segregação de funções

No caso em análise, foram incluídas nos autos as portarias de designação do pregoeiro, da equipe de apoio e dos demais servidores que exercem funções relacionadas aos procedimentos licitatórios, em conformidade com as Portarias nº 069, 107 e 124, devidamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

Verifica-se, ainda, em todos os casos, a necessidade de observância pelo gestor público do disposto nos arts. 7º e 8º da Lei 14.133/21, conforme a transcrição a seguir:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(...)

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, **pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros**

permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. (grifo nosso)

No caso em tela, observa-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado pela Secretária Administrativa (Ronessa); o Termo de Referência, pela Assessora Técnica (Paula Karina); e a minuta do edital de pregão eletrônico foi redigida pela Assessora Técnica (Inara) e assinada pela Presidência da Câmara Municipal. Tais designações respeitam, em princípio, as normas legais aplicáveis.

Nesse sentido, considerando o caráter normativo do instrumento convocatório, que regulamenta a condução do procedimento entre a Administração Pública e os interessados, cumpre observar o disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei Municipal nº 487/2010, que regula o processo administrativo local:

Art. 15. A competência é irrenunciável e exercida pelo agente público a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Parágrafo único. **Não podem ser objeto de delegação:**

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade;

IV - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

V - as funções dos órgãos colegiados. (grifo nosso)

Diante dos elementos constantes nos autos, conclui-se que a designação dos agentes públicos e a aplicação do princípio da segregação de funções foram realizadas em conformidade com a legislação vigente.

III. 2) Estimativa orçamentária, pesquisa de preços e composição de custo

Inicialmente, observa-se que o valor da contratação foi estimado em **RS 20.280,92 (vinte mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos)**, conforme registrado na Planilha de Cotação de Preços, elaborada com base nas informações disponíveis no painel de preços do governo federal. Salienta-se que no presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto art. 23, §1º, I da Lei nº 14.133/2021, bem como, do art. 26, I do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

Neste contexto, foi utilizado a composição de custos unitários iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços do Ministério da Gestão e da Inovação em serviços públicos, vinculado ao governo federal, contendo data e hora de acesso, preenchido os parâmetros indicados na Lei 14.133/2021.

Assim, foi priorizada a composição com base no painel de preços do governo federal, não havendo necessidade de justificativa nos autos (conforme art. 5º, §1º da Resolução 095/2024-CMP), porém, não se vislumbrou a lista de verificação para garantir o preenchimento dos requisitos, conforme prevê o art. 11, da já citada resolução de aplicação de âmbito interno.



Inclusa a indicação dos recursos orçamentários para cobertura da despesa, confeccionado pela Secretaria Financeira.

III. 3) Da fase preparatória:

A Lei nº 14.133 de 2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório seja caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como, abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18, vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como **justificativa de exigências de qualificação técnica**, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de **qualificação econômico-financeira**, **justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas**, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e **justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei. (grifo nosso)

Em análise aos autos do processo verifica-se que este contém os elementos mínimos necessários à promoção do certame, conforme de depreende da análise de alguns pontos a seguir.

III. 3) A – ETP

Quanto ao Plano Anual de Contratações – PAC, consta nos itens 5.2 e 5.3 do ETP:

5.2 No caso da Câmara Municipal de Parintins, o PCA foi elaborado, contudo, não foi publicado no PNCP, entretanto, encontra-se publicado no portal da transparência desta Instituição, no endereço eletrônico <https://transparenciamunicpalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>, demonstrando com isso a boa prática administrativa.



5.3 Com efeito, a pretendida contratação está prevista no PCA do ano de 2024, versão 2, publicado em 04/12/2024.

III. 3) B – ANÁLISE DOS DEMAIS ELEMENTOS

Quanto aos demais elementos da fase preparatória, há uma suficiente descrição do que se pretende contratar, sendo estes: termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contendo a necessidade de contratação e justificativa, orçamentos para verificação dos preços comuns praticados no mercado, declaração de disponibilidade orçamentária, critério de julgamento, requisitos de habilitação, requisitos de execução, condições de pagamento, bem como, despacho da autoridade competente.

Ademais, a minuta do edital e seus anexos, são parte do processo em análise, estando contemplada as regras relativas à convocação, aos recursos, habilitação, sanções, prazos e local de entrega do objeto, e, por fim, existe comprovação da designação do Pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Assim, de acordo com o inciso XIII do artigo 6º, e §1º, e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em harmonia ao mínimo exigido em lei.

III. 4) Desenvolvimento nacional sustentável

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem **menor impacto ambiental**, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11, IV da Lei n. 14.133/2021, c/c art. 7º, XI, da Lei 12.305/2010).

Considerando as informações contidas no ETP, e a documentação constante no Termo de Referência e Edital, diante da natureza do objeto da licitação, foi identificado no ETP, item 15, iniciativas para mitigação de possíveis impactos, nos seguintes termos:

(...)

15.2.1 racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas, substituindo, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

15.2.2 usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

15.2.3 fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

15.2.4 prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de julho de 1999;

15.2.5 quando houver necessidade de reposição de gás, deverão ser utilizados equipamentos apropriados de coleta, transferência e armazenamento previsto nas Resolução CONAMA no 340/2003, ou outra que vier a substituí-la;

15.2.6 quando do fornecimento de peças, a Contratada deverá adotar o disposto no Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01/2010 que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, a qual preconiza: que os bens sejam construídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como

menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.2.7 exigir que a empresa contratada realize treinamentos aos seus funcionários com o foco na condução econômica e sustentável;

15.2.8 exigir no edital como requisitos para a contratação que as empresas deverão apresentar certificações ambientais ou práticas de gestão sustentáveis reconhecidas;

15.2.9 que os serviços deverão ser realizados em conformidade com as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, conforme consta expressamente neste ETP.

III. 5) Parcelamento do objeto da contratação

Pois bem, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, o qual deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (grifo nosso)

Outrossim, temos que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Portanto, o parcelamento não será adotado no processo (ETP, item 11 – Justificativa para o parcelamento ou não da contratação) em razão do exposto:

11.1 (...) Nessa perspectiva, não se verifica a viabilidade de parcelamento desses lotes por itens isolados, em razão da necessidade de execução da solução completa por uma única contratada, por cada lote pretendido. Assim, o objeto da contratação com relação aos lotes, não será divisível.

11.2 Defende-se que a contratação parcelada sobrecarregaria a administração pública, encareceria o serviço final e teria uma grande perda na escala da economicidade. Enquanto por Lote, os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem contratando maior quantidade de seus serviços.

(...)

11.8 Assim posto, resta claro que a divisão por lotes (e não por item), na forma como foi expresso nesta demanda não é opcional, mas sim estritamente necessário para obter êxito na licitação, uma vez que se dividido por item, possui alto potencial de aumentar as chances de que itens licitados sejam ao final fracassados, ou tenham na execução dos contratos níveis de qualidade dos serviços aquém dos critérios estabelecidos no Edital.

III. 6) Edital

Quanto a análise legal, temos que o presente processo consta também a minuta do edital indicando as exigências constantes do art. 25 da Lei 14.133/2021, como: definição do objeto de forma



clara; endereço eletrônico; espaço destinado ao preenchimento de data e horário para abertura da sessão; condições para participação; da proposta; critério para julgamento; condições de pagamento; registro de preço; prazo e condições de participação; da proposta; sanções para o caso de inadimplemento; especificações e peculiaridades da licitação; assim como, toda a documentação que os licitantes deverão apresentar para serem considerados habilitados.

III. 7) Sistema de Registro de Preço

Seguindo o caso em tela, constatou-se que a Administração optou pelo sistema de registro de preços. O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no Edital.

Importante ressaltar o disposto na Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Nesse sentido, o art. 82 da Lei 14.133/21, dispõe sobre o edital de licitação para registro de preços, fixando os elementos que o edital deve conter.

Portanto, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da Ata de Registro de Preços para celebração de futuros contratos.

Assim, o registro de preços é o instrumento destinado à eficiência no gerenciamento dos processos de contratação pública, por meio do qual o vencedor da licitação assina Ata de registro de preços, comprometendo-se a oferecer por preço unitário o objeto licitado, de acordo com as necessidades da Administração, dentro de quantidade prefixada no edital e dentro de prazo também fixado nele, que não pode ultrapassar um ano.

As características dos bens e serviços a serem contratados por meio dessa sistemática se encontram previstas no art. 88 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 88. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando, pelas características da obra ou serviços de engenharia, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

- III - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- IV – quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- V – quando for conveniente a aquisição e locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- VI – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso)

Por fim, ressalto que para efetivar a formalização do Ata de Registro de Preços é necessário que esta seja devidamente assinada pelos responsáveis do Órgão gerenciador e pelos fornecedores (caso existam mais de um) cujos preços foram registrados, bem como para início de sua validade esta deverá seguir todas as orientações constantes nas legislações em que se baseiam, em especial, da Lei 14.133/21 Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

III. 8) Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

As especificidades decorrentes da Lei Complementar n. 123/2006 alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 147/2014, e dispostas no art. 10 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, bem como, os critérios indicados no Decreto Municipal Nº 042/2023-PGMP, são observadas pela minuta do edital, em especial no tem “10” (Da aplicação da Lei Complementar Nº 123/2006 e Decreto nº 042/2023-PGMP), e em outros dispositivos espalhados pelo edital, criando assim os benefícios para as empresas de pequeno porte e microempresas, posto se tratar de compromisso do legislador constituinte deste país, de observância obrigatória pela Administração Pública, independe da esfera em que se promova o certame licitatório, conforme se verifica nos termos do art. 4º, da Lei 14.133/2021:


Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

[...]

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

III. 9) Do critério de julgamento:

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de menor preço por lote, sendo, portanto, a proposta mais vantajosa para a Administração. A escolha atende ao que





determina o art. 33, I e 34 da Lei 11.343/2021 e do art. 39, I e 40 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP com redação semelhante, vejamos:

Lei 11.343/2021

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

[...]

Art. 34. O julgamento **por menor preço** ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação. (grifo nosso)

Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP

Art. 39. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I – menor preço;

Art. 40. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço, considerará o menor dispêndio para a Administração, desde que o estudo técnico preliminar aponte objetivamente a relevância dos custos indiretos para a definição da despesa total com a contratação.

Esse requisito encontra-se apontado na capa da minuta, bem como no item 5.6, e também no Termo de Referência, item 1.4, conforme determina o art. 39 inciso I da Lei nº 14.133/2021.

III. 10) Quanto a minuta do contrato:

No que tange ao contrato administrativo, sua regulamentação está prevista no art. 92 e incisos da Lei nº 14.133/2021, bem como, os previstos no art. 113 Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, a seguir transcrito:

Art. 113. Os contratos deverão, sempre que couber, conter as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, as seguintes:

I- a obrigação do contratado de arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;

II- **cláusula anticorrupção**, com a seguinte redação: “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”;



III- disposições relacionadas à disciplina de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso. (grifo nosso)

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 89 a 114, da Lei n. 14.133/2021, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

III. 11) Publicidade dos atos

Em conformidade com o disposto nos arts. 54, caput, § 1º, e 94 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação integral do edital de licitação, juntamente com seus anexos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a publicidade no Diário Oficial dos Municípios, conforme determina o art. 148 do Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP. Nesse sentido, após a homologação, a divulgação do termo de contrato deverá ser efetivada no PNCP tendo em vista que é condição indispensável para a eficácia da contratação, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Por derradeiro, cumpre destacar que através das documentações acostadas no processo, contactou-se que os requisitos legais e constitucionais foram observados respeitando os pressupostos para a formalização do processo em epígrafe.

Por último, ressalta-se a importância de que, antes da publicação, cada responsável pela elaboração dos documentos atente rigorosamente à clareza, à correção textual e ao cumprimento das exigências legais. É imprescindível que seja realizada uma revisão adequada, em observância ao dever da Administração Pública, de modo a prevenir equívocos, inconsistências e eventuais revogações.

IV. CONCLUSÃO:

Diante do exposto e em observância às disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, concluo que o processo licitatório encontra-se em conformidade com os requisitos legais, tanto no que concerne ao Edital quanto à minuta da Ata de Registro de Preços. Assim, constata-se a adequação da modalidade Pregão Eletrônico, encontrando-se o Edital com as cautelas de estilo, principalmente após a verificação das indicações contidas na Análise, item III (2), razão pela qual esta Assessoria Jurídica recomenda o prosseguimento do feito, além do correto preenchimento das informações relativas à locais, datas, horários e links de acesso, no momento anterior à publicação do Edital, bem como, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

II - no caso de serviços e obras:

- a) **10 (dez) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

Registra-se, tempestivamente, que a presente análise jurídica restringiu-se às questões legais constantes na instrução processual acostada aos autos.

Não foram objeto de apreciação por esta Assessoria Jurídica os elementos técnicos relacionados ao certame, assim como aqueles de natureza financeira ou orçamentária, cuja verificação de exatidão compete aos setores administrativos responsáveis.

É o parecer.

Devolvam-se os autos à origem para a adoção das providências cabíveis.

Parintins-AM, 17 de março de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
SANDRA MARIA PACHECO TAVARES NUNES
A informação eletrônica autenticada por meio de assinatura eletrônica.
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



SANDRA MARIA PACHECO TAVARES NUNES
Advogada OAB/AM nº 7.259
Assessora Jurídico - Portaria nº 082/2025-CMP

PODER LEGISLATIVO
PARINTINS-AM